



Dr. Josué dos Santos Ferreira

Fundador e Presidente Nacional do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB

O PLANO VISÃO 2030 TEM POR OBJETIVO IMPOR A AUSTRERIDADE E A TRANSFORMAÇÃO DO REINO DA ARÁBIA SAUDITA NO CONTEXTO GLOBAL



Príncipe Herdeiro Mohammad bin Salman bin Abdulaziz Al-Saud, do Reino da Arábia Saudita.

O Reino da Arábia Saudita é a maior economia do Oriente Médio e o principal produtor de petróleo. Em junho de 2017, o Príncipe Mohammad bin Salman bin Abdulaziz Al-Saud, foi nomeado por seu pai, Rei Salman bin Abdulaziz Al-Saud, como o novo príncipe herdeiro da Arábia Saudita. O príncipe de 31 anos não ocupava cargo público até 2015, quando o novo rei o nomeou vice-príncipe herdeiro, ministro da Defesa e chefe de uma 'supercomissão', agrupando ministérios e agências que dirigem a política econômica saudita. Desde então, um dos principais projetos do príncipe Mohammad bin Salman bin Abdulaziz Al-Saud, foi o 'Visão 2030', um plano abrangente para diversificar a economia do reino e reduzir sua dependência do petróleo. Se bem-sucedido, o 'Visão 2030' transformaria o modelo econômico do país, tornando o setor privado, o motor do crescimento e do emprego. Embora o plano publicado tenha pouco a dizer sobre política, essas mudanças econômicas também alterariam drasticamente a relação entre os cidadãos e o estado, que historicamente foi moldado pela capacidade do establishment governista saudita de desembolsar as receitas do petróleo para seu povo.

Embora poucos observadores acreditem que a 'Visão 2030' cumpra suas metas ambiciosas, a Arábia Saudita definiu suas ações econômicas e faz uma declaração particularmente ambiciosa da política de diversificação. Ele foi acompanhado por outros anúncios de política econômica transformacional, principalmente a intenção de privatizar uma pequena participação na Saudi Aramco - a maior empresa de petróleo do mundo - e usar os recursos para estabelecer um grande fundo internacional de riqueza soberana, do qual a Arábia Saudita até agora não possui.

O fato de a 'Visão 2030' estar intimamente associada a uma figura específica da família governante saudita teve alguns benefícios, pois o príncipe herdeiro investiu seu próprio capital político nela, mas também pode ser uma de suas fraquezas, pois as percepções do plano estão ligadas a percepções do próprio estilo de liderança do Príncipe Mohammad bin Salman bin Abdulaziz Al-Saud. No entanto, a necessidade de diversificar a economia de sua dependência das receitas do petróleo e dos gastos do governo é reconhecida por autoridades e economistas sauditas há décadas. Essa necessidade fundamental de mudança não desaparecerá, mesmo que o preço do petróleo retorne no futuro a níveis acima de US\$ 100 por barril.

A diversificação é uma prioridade da política econômica desde os anos 1970, mas a implementação de iniciativas sucessivas - desde uma série de planos de desenvolvimento de cinco anos introduzidos pela primeira vez em 1970 até uma estratégia para criar seis novas 'cidades econômicas' formuladas na década de 2000 - geralmente caem aquém dos seus alvos. Os gastos do governo, quase que exclusivamente subsidiados pelas receitas do petróleo, continuam sendo o motor do crescimento econômico. O dobro do número de sauditas está empregado no setor público e no setor privado.

Houve alguns sucessos de diversificação, muitas vezes esquecidos: desenvolvimento de setores de infraestrutura e não petrolíferos (embora em grande parte indústrias de base energética, como petroquímicos e plásticos); estabelecimento de novas cidades industriais em Jubail e Yanbu (centradas nas instalações de produção petroquímica); movendo a produção de petróleo ainda mais na cadeia de valor de bruto para refinado; e aumentar o número de cidadãos sauditas

- especialmente mulheres, embora de baixa base - que trabalham no setor privado.

No entanto, anúncios anteriores de programas de reforma ficaram repetidamente atrás das metas, especialmente quando se trata de políticas fiscais e do mercado de trabalho. Isso ocorre em parte porque essas políticas, destinadas a reduzir a carga fiscal estrutural e reduzir a dependência dos gastos do governo, podem ser vistas como minando o contrato social implícito. O contrato social é provavelmente melhor entendido como uma série de pactos informais entre o governo e os principais eleitorados, incluindo a família real em geral, elites empresariais, clérigos influentes e o público em geral. O petróleo e o bem-estar não são a única base dessas relações, mas desempenharam um papel importante - explorado em mais detalhes abaixo.

O medo de perturbar esse equilíbrio significa que esses esforços geralmente são diluídos ou adiados ou revertidos quando os preços do petróleo aumentam. O exemplo mais dramático dos últimos anos foi visto na resposta aos levantes árabes do início de 2011, quando o governo aumentou seus gastos em 25% em relação ao ano anterior, incluindo cerca de US\$ 130 bilhões em gastos sociais anunciados, salários mais altos e bônus para os trabalhadores do setor público.

Uma suposição de longa data entre pesquisadores e analistas é que uma redução nos benefícios econômicos encorajaria os cidadãos a pressionar por mais benefícios políticos como contrapartida. No entanto, a suposição pode não ser válida no contexto atual, que difere bastante de 2011. Os primeiros dias dos levantes árabes assistiram a uma série de pedidos

de reforma política na Arábia Saudita, incluindo nomeadamente uma série de petições online para exigir mais verificações sobre governo, ação contra a corrupção e reformas judiciais. Embora essas aspirações ainda existam, as campanhas organizadas de reforma diminuíram nos anos seguintes. Uma razão para isso é a prisão de vários ativistas políticos e de direitos humanos sauditas importantes, como Mohammed Al Qahtani e Waleed Abu Khair. Outro é o clima político regional, em particular a percepção amplamente difundida de que os levantes árabes falharam em atingir os objetivos dos manifestantes de maior inclusão política, responsabilidade e justiça. De fato, a repressão, o conflito, a violência e o sectarismo dos anos intermediários significaram que o ambiente regional é atualmente visto como mais um impedimento do que uma inspiração para movimentos que buscam mudanças políticas. À medida que os movimentos pacíficos de mudança política foram enfraquecidos, houve mais oportunidades para grupos militantes violentos - sobretudo Estado Islâmico do Iraque e Síria (ISIS) - virem à tona. Por sua vez, medidas para combater o terrorismo e o extremismo também foram usadas pelos governos regionais para impedir movimentos pacíficos da oposição e desencorajar a dissidência em geral.

Sempre houve extensas restrições à atividade política na Arábia Saudita, mas também houve ondas de organização e oposição política, envolvendo, principalmente, clérigos influentes (e, em menor grau, ativistas pela monarquia constitucional). Atualmente, parece haver muito pouca atividade organizada da oposição, exceto pela extrema dissidência dos violentos movimentos militantes. A atividade de oposição é arriscada e, para muitos sauditas, a instabilidade em outros lugares da região reforça a sensação de que pressionar por mudanças políticas seria equivocado. No entanto, existe o risco de complacência pela falta de oposição aberta. Notavelmente, o debate intenso nas mídias sociais indica que os jovens sauditas querem ter voz sobre o desempenho de seu governo, especialmente no que diz respeito à prestação de serviços; e em vários casos, as autoridades responderam a expressões da opinião pública nas mídias sociais.

Juntamente com as restrições fiscais criadas pelos preços mais baixos do petróleo, essa desaceleração cíclica do ativismo da oposição deu às autoridades sauditas uma janela de oportunidade para impulsionar políticas econômicas impopulares. Desde 2014, o governo impôs uma série de medidas de austeridade que foram dramáticas para os padrões sauditas, incluindo aumentos nos preços da água. Acima de tudo, com efeitos a partir de outubro de 2016, o pagamento a domicílio no setor público foi efetivamente reduzido - em alguns casos em 25% - por meio do cancelamento de uma série de subsídios e benefícios que foram usados durante anos para completar salários. Isso foi feito abruptamente, com pouca comunicação ou consulta prévia, e não acompanhado por medidas compensatórias para lidar com o impacto esperado na pobreza ou no endividamento pessoal. Na época, o governo era capaz de implementar esses cortes fiscais sem encontrar oposição organizada ou protestos abertos, exceto por expressões de frustração nas mídias sociais.

No entanto, em abril de 2017, o **Rei Salman bin Abdulaziz Al-Saud** revogou os cortes de salários do setor público por decreto real - a primeira reversão em dois anos de medidas de austeridade. Isso foi amplamente visto como uma resposta ao sentimento do público e foi acolhido por muitos sauditas.

A decisão veio em um contexto de preços do petróleo um pouco mais altos (após um acordo da **OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo** no final de 2016 para reduzir as cotas de produção) e em um momento em que também havia uma preocupação no nível macroeconômico de que os rápidos cortes nos gastos fiscais haviam minado os gastos dos consumidores posteriormente, foi anunciado em junho de 2017 - coincidindo com as notícias da promoção do **Príncipe Mohammad bin Salman bin Abdulaziz Al-Saud** - que a restauração dos salários do setor público seria adiada para outubro de 2016, o que significa que o impacto dos cortes seria eliminado completamente. A reversão dos cortes segue um padrão clássico de política fiscal pró-cíclica na Arábia Saudita (comum a muitos países exportadores de commodities), na qual reformas fiscais aparentemente "estruturais" são introduzidas quando o dinheiro é escasso, mas são frequentemente canceladas quando as receitas do governo aumentam novamente. No entanto, o episódio sublinhou a necessidade, no interesse de evitar o velho padrão de recuo público e reversão de políticas, de que reformas econômicas e fiscais sejam planejadas com uma consciência do impacto social e político incorporado desde o início.

É inteiramente previsível que cortes fiscais rápidos, na ausência de mecanismos compensatórios de assistência social, danifiquem o contrato social implícito, mesmo que a insatisfação seja em grande parte tácita ou restrita às mídias sociais. Em particular, o alto desemprego, especialmente entre os jovens, continua sendo uma questão crítica e não resolvida na Arábia Saudita. Mesmo no melhor cenário, serão necessários muitos anos para que o setor privado consiga oferecer tantos empregos quanto o setor público atualmente, e há uma enorme incompatibilidade de habilidades e expectativas salariais entre os sauditas e os potenciais empregadores do setor privado. Os riscos da crescente desigualdade e exclusão social são significativos e representam uma série de riscos políticos em um sistema em que os governantes são tradicionalmente vistos por seus apoiadores como fornecedores de generosidade econômica. Assim, é necessário estabelecer redes de segurança social mais eficazes.

Para mitigar a potencial oposição e deslegitimação, a família dominante se baseará - na verdade já está se baseando - em pilares alternativos e não econômicos de 'legitimidade'. Por

exemplo, dará ênfase crescente ao nacionalismo no discurso oficial e na mídia e no papel do estado como provedor de segurança contra ameaças regionais e transnacionais percebidas. Outras etapas planejadas, para proporcionar mais entretenimento e facilitar as restrições sociais, sugerem que a liderança atual identificou um crescente número de jovens com apetite por maiores liberdades sociais.

Os governantes do país, Al-Saud, também procurarão se apresentar como um exemplo de boa governança sem democracia - por exemplo, através da longa narrativa em torno de shura ou consulta e do crescente discurso sobre transparência. A **'Visão 2030'** e o **Programa Nacional de Transformação (NTP)** contêm uma série de compromissos para responsabilizar os ministérios por meio de 'indicadores-chave de desempenho' (ou KPIs).

É improvável que essas medidas antecipadas impeçam o aumento da pressão por mudanças políticas. A atividade de oposição tende a ocorrer em ciclos, e a redução dos benefícios econômicos deve levar à insatisfação de alguma forma. Se e como isso se traduz em oposição política organizada dependerá em parte do grau em que a mudança das estruturas econômicas efetivamente cria "perdedores" que são capazes de mobilizar e agitar pela mudança política. As demandas por maior inclusão social e política, melhores governos e instituições mais fortes também serão impulsionadas por fatores menos materialistas, incluindo o investimento maciço em educação feito durante o último boom do petróleo e uma geração mais jovem acostumada a um nível razoavelmente alto de desenvolvimento econômico e expressar suas opiniões - em contraste com as gerações mais velhas que viveram a transição do país do subdesenvolvimento para a riqueza, e cuja principal fonte de informação era a mídia controlada pelo estado.

A velocidade das mudanças sociais e econômicas também provavelmente acentuará as preocupações existentes sobre a preservação de uma identidade local - seja saudita, árabe, islâmica, tribal ou específica de uma seita - diante da globalização. O governo está ciente disso, e a **'Visão 2030'** mostra um quadro não apenas de uma 'economia próspera', mas também de uma sociedade com fortes raízes e tradições. No entanto, é provável que haja um debate significativo sobre o que a identidade local realmente significa em uma sociedade em que as opiniões sobre cultura, família, religião e fé são muito variadas - uma diversidade que tende a ser mascarada por uma imagem muitas vezes simplista de um conservador piedoso da sociedade.

A atual ausência, mesmo dos limitados movimentos de reforma política que existiam em 2011 ou nos anos 90, permite que grupos militantes radicais como ISIS e Al-Qaeda reivindicuem a oferta da única alternativa política. Uma reação futura contra a reforma econômica pode muito bem recorrer a narrativas de identidade anticidentais, já que as reformas planejadas estão, para muitos, associadas a consultores ocidentais (que vêm assessorando amplamente a liderança saudita) e às elites sauditas com formação ocidental. A maior parte da oposição política histórica na Arábia Saudita vem de grupos que afirmam representar valores islâmicos autênticos. Para os formuladores de políticas ocidentais, vale a pena considerar a possibilidade de que as reformas econômicas possam levar a uma precipitação conservadora que capacite grupos e ideologias que eles especificamente esperam ver enfraquecidos pelos esforços de reforma.

Enquanto isso, a percepção de que o plano **'Visão 2030'** está intimamente associado a um líder individual apresenta outra ameaça potencial à sua sustentabilidade e implementação. O **Príncipe Mohammad bin Salman bin Abdulaziz Al-Saud** é responsável por uma ampla gama de áreas políticas (desde junho de 2017) príncipe herdeiro é vice-primeiro ministro, além de seu papel como ministro da Defesa e chefe do órgão geral de política econômica.

Por um lado, a elevação de **Mohammad bin Salman bin Abdulaziz Al-Saud** ao papel de príncipe herdeiro deu-lhe uma nova autoridade e, portanto, também aumentou as perspectivas de suas iniciativas econômicas. Anteriormente, havia relatos frequentes de tensões e rivalidades entre ele e o príncipe herdeiro anterior, Mohammed bin Nayef ("MBN"). Também havia especulações de que o príncipe herdeiro atual, Mohammad bin Salman bin Abdulaziz Al-Saud ("MBS"), como vice-príncipe herdeiro, poderia ser removido da linha de sucessão após a morte de seu pai (assim como o Rei Salman bin Abdulaziz Al-Saud havia removido o vice-príncipe herdeiro que seu antecessor, o rei Abdullah, havia indicado). A promoção do príncipe Mohammad bin Salman bin Abdulaziz Al-Saud ("MBS") pagou essa especulação e levou a maioria dos observadores a supor que ele será o próximo rei da Arábia Saudita - e que, dada a sua idade, ele poderá governar o reino por cinco ou mais décadas.

Por outro lado, no entanto, sua rápida ascensão ao alto cargo em Riad e a concentração sem precedentes de poder nas mãos de um jovem líder saudita, incomumente jovem, não foram isentas de controvérsias. A monarquia saudita tradicionalmente distribuiu o poder mais amplamente entre os membros mais antigos da dinastia dominante, e a expulsão de Mohammed bin Nayef - que foi afastado de todas as suas posições de poder da noite para o dia - foi particularmente contencioso. Alguns membros da família real ficarão ofendidos - assim como alguns funcionários do ministério do interior, onde o príncipe Mohammed bin Nayef ("MBN") comandou uma lealdade pessoal significativa. Ele foi substituído por seu sobrinho de 33 anos, garantindo que o portfólio do interior permaneça nas mãos do mesmo ramo da família real (descendentes do príncipe Nayef bin Abdel-Aziz Al Saud, ministro do interior de 1975 até sua morte em 2012).

A remoção do Príncipe Mohammed bin Nayef indica que há riscos em potencial, mesmo para membros da realeza, se eles forem considerados uma ameaça política. Agora que Mohammed bin Salman bin Abdulaziz Al-Saud é o príncipe herdeiro, a chance de um desafio em larga escala para sua eventual sucessão parece improvável. Mas, como também visto no vizinho Bahrain, por exemplo, essa posição pode mudar. Lá, o príncipe herdeiro Salman Al Khalifa liderou os esforços de diversificação do país, com base em um programa **'Visão 2030'** projetado mais de uma década antes da Arábia Saudita, mas a política do Bahrain desde 2011 enfraqueceu sua posição dentro da família dominante, causando contratempos para sua reforma econômica. A monarquia do Bahrein é estruturada de maneira um pouco diferente - as políticas do príncipe herdeiro às vezes colidem com as de seu tio-avô, o primeiro-ministro, enquanto o príncipe Mohammad bin Salman bin Abdulaziz Al-Saud não enfrenta rival equivalente - mas a necessidade de preservar a unidade dentro da família dominante é importante nos dois casos.

A **'Visão 2030'** da Arábia Saudita ajudou a marcar o **Príncipe herdeiro Mohammad bin Salman bin Abdulaziz Al-Saud** como uma figura de considerável influência tanto no reino quanto internacionalmente. (Nas repúblicas árabes, também, os filhos dos governantes frequentemente se associam a estratégias de desenvolvimento econômico, bem como a iniciativas juvenis e esportivas, que têm servido funções úteis como projetos de marcas pessoais, além de serem políticas nacionais por direito próprio.) Mas se não for bem-sucedida, é provável que as críticas existentes ao seu estilo de liderança individual se aprofundem. A política de personalidade da família real pode acabar sendo uma distração da necessidade fundamental de implementar a diversificação econômica.

A **'Visão 2030'** representa uma tentativa séria de lidar com as mudanças estruturais de longo prazo que a economia saudita inevitavelmente enfrentará, mesmo que o preço do petróleo recupere para níveis anteriores. Mas essa transformação também trará algum tipo de mudança política.

Nem a **'Visão 2030'** nem o **Programa Nacional de Transformação (NTP)** oferecem um senso de visão política por parte da liderança saudita, e, mais amplamente, há pouco debate público na mídia saudita sobre como o futuro político pode ser, embora esse tópico seja frequentemente discutido em privado e às vezes nas mídias sociais. As autoridades podem esperar que o sistema político permaneça praticamente inalterado, pelo menos em termos do papel dominante da monarquia. Mas seus planos de reforma econômica implicam grandes mudanças na base econômica do relacionamento com os cidadãos e, potencialmente, também na parceria tradicional entre a família governante e os clérigos.

A própria **'Visão 2030'** tem sido intimamente associada ao surgimento do **Príncipe herdeiro Mohammad bin Salman bin Abdulaziz Al-Saud** como uma força líder no sistema saudita - e como o provável próximo rei. Criou um novo senso de impulso por trás do desenvolvimento econômico, gerou pressão em altos escalões do governo para fazer mudanças que foram adiadas por um longo tempo, prometeu mais responsabilidade e foco na entrega do governo e teve um impacto positivo nas relações internacionais.

Há percepções sobre a Arábia Saudita no momento em que sua política externa está gerando má impressão no Ocidente. Ao mesmo tempo, o **Programa Nacional de Transformação (NTP)** - e o próprio **Príncipe herdeiro Mohammad bin Salman bin Abdulaziz Al-Saud** - foram criticados por não serem realistas em suas ambições, e pouco nos detalhes de como isso seria alcançado. O fato de o **Príncipe herdeiro Mohammad bin Salman bin Abdulaziz Al-Saud** ter investido tanto de seu próprio capital político em seu sucesso tornou-se uma faca de dois gumes.

Quaisquer que sejam as fortunas desse plano específico e a dinâmica da família real a ele associada, a necessidade de reduzir a dependência da economia do petróleo e do estado representa o maior desafio que os formuladores de políticas sauditas atualmente enfrentam.

O objetivo deste artigo é trazer luz sobre o debate sobre mudanças políticas e sociais no Reino da Arábia Saudita e ressaltar a necessidade de uma estratégia de reforma econômica que também seja acompanhada por políticas como reformas sociais. Atualmente, a reforma política parece estar ausente da agenda política, mas isso não pode durar indefinidamente. Um governo que queira estar à frente da curva em todos os outros aspectos do desenvolvimento nacional também deve ser mais prospectivo quando se trata de política.





O diplomata saudita Dr. Ibrahim Abdullah Abdulaziz Aleisa, do Ministério de Relações Exteriores do Reino da Arábia Saudita e o Dr. Josué dos Santos Ferreira, Presidente Nacional do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB.



O diplomata saudita Dr. Ibrahim Abdullah Abdulaziz Aleisa, do Ministério de Relações Exteriores do Reino da Arábia Saudita e o Dr. Josué dos Santos Ferreira, Presidente Nacional do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB.



O diplomata saudita Sr. Sulaiman Abdulkareem Alaqueel, do Ministério de Relações Exteriores do Reino da Arábia Saudita e o Dr. Josué dos Santos Ferreira, Presidente Nacional do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB.





O Dr. Josué dos Santos Ferreira, Presidente Nacional do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB, o diplomata saudita Sr. Sulaiman Abdulkareem Alaqueel, do Ministério de Relações Exteriores do Reino da Arábia Saudita e demais autoridades sauditas.

